

---

## AS RELAÇÕES DE ALTERIDADE NA NARRATIVA DE SI: AS AUTOBIOGRAFIAS DE SIMONE DE BEAUVOIR

Eliana Alda de Freitas Calado  
PPGHIS – UnB (Doutoranda)  
elianacalado@gmail.com

*Minha vida foi ao mesmo tempo o produto e a expressão do mundo no qual ela se desenvolvia e este foi o motivo pelo qual eu pude, ao contá-la, falar de uma coisa totalmente outra do que de mim. Simone de Beauvoir. **Tout compte fait** (1972).*

*O inferno, são os outros. Sartre. **Huis clos** (1947).*

Relembrando o início da sua amizade com Jean-Paul Sartre, na primavera de 1929, Simone de Beauvoir narrou em seu primeiro livro autobiográfico, **Memórias de uma moça bem comportada**, o teor de suas conversas: “nós falávamos de um monte de coisas, mas particularmente de um assunto que mais me interessava entre todos: eu mesma.” (BEAUVOIR, 1988, p. 475). O interesse em relação ao seu próprio ser, de fato, marcou boa parte da vida da autora. Curiosa sobre sua maneira de entender a vida, sua relação com o mundo, seus projetos, sua vocação de escritora, é possível dizer que Beauvoir se mostrou fortemente convicta da importância em compreender e em comunicar a sua própria existência.

Isto não significa que o foco sobre sua própria história a tenha sempre mantido afastada dos acontecimentos externos: principalmente, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, Beauvoir pouco a pouco despertou mais fortemente para a sua ligação com o outro, para a importância da coletividade, para o peso da história, para a relevância da participação política e do engajamento social. Não obstante, sua vida pessoal e a busca pelas realizações individuais continuaram desempenhando um papel central para ela.<sup>1</sup>

Entre 1958 e 1972, Beauvoir publicou quatro autobiografias, que se revelaram narrativas centrais na sua obra. São elas **Memórias de uma moça bem comportada** (*Mémoires d'une jeune fille rangée*, de 1958), **A força da idade** (*La force de l'âge*, de 1960), **A força das coisas** (*La force des choses*, de 1963) e **O balanço final** (*Tout compte fait*, de 1972). A primeira narra a sua vida do nascimento aos 21 anos (1908 – 1929); a segunda, do início da sua independência financeira até o final da Segunda Guerra Mundial

(1929 – 1945); a terceira, do fim deste conflito até a época da publicação deste livro (1945 – 1963) e a última cobre a última década compreendida entre a terceira e a quarta autobiografias (1963-1972).

Nestes livros, Beauvoir se propôs a mostrar como um cotidiano, semelhante a tantos outros, ofereceu, em meio a determinadas situações histórico-sociais, à rotina, a imprevistos, condições para que a autora/narradora trilhasse um caminho singular, que a levassem a percorrer determinada experiência que, por diferentes razões, se viu motivada a narrar. Sua escrita autobiográfica não foi apenas o registro da sua singularidade e exemplaridade como sujeito, mas também uma forma de narrar certas relações de alteridade que desenvolveu ao longo de sua existência.

A autora indicou diversos motivos para iniciar e perseguir no seu projeto autobiográfico: salvar sua juventude do esquecimento, compreender-se, fazer balanços, contrapor-se a si mesma, dar voz à sua auto-análise, defender-se da malevolência, contar a verdade, abarcar o conjunto da sua história, etc., entre estes, ela destacou o desejo de conhecer o sentido da sua vida:

Minha existência não terminou, mas ela já possui um sentido que provavelmente o devir não mudará muito. Qual? Por algumas razões, que ao longo desta mesma averiguação precisarei tirar a limpo, evitei de perguntar a mim mesma. É a hora ou nunca de conhecê-lo. (BEAUVOIR, 2002a, p. 12.)

Dentre as motivações mais frequentes para escrever uma autobiografia, verifica-se a intenção do autobiógrafo em definir certa identidade para si.<sup>2</sup> Neste aspecto, Simone de Beauvoir não foi exceção, pois, de acordo com boa parte dos estudiosos dedicados ao tema, a principal função da identidade encontra-se precisamente na atribuição de um sentido para a vida. Segundo Jean-Claude Kaufmann, a identidade:

cria um universo simbólico integrado a um momento e num dado contexto, articula os laços entre seqüências de identificação para assegurar uma continuidade na duração biográfica, constrói, pela valorização de certas temáticas, a estima de si que é a energia necessária à ação. Em resumo, ela inventa uma pequena música que dá sentido à vida. Pequena música sem a qual tudo desmorona. (...) A identidade, assim como não é dada por essência, também não é de maneira alguma um elemento anexo, uma espécie de narração gratuita de valor decorativo. Ao contrário, ela ocupa uma função vital e cotidiana. (...) Que se queira ou não, é preciso dar sentido à sua vida. (KAUFMANN, 2004, pp. 79-80).

A relação com o “outro” se mostra como um dos principais parâmetros para a construção do “eu”, pois “a identidade é sempre uma concessão, uma negociação entre uma ‘auto-identidade’ definida por si mesmo e uma ‘hetero-identidade’ ou uma ‘exo-identidade’ definida pelos outros” (CUCHE, 1999, p. 193-194). Em meio a diferentes estratégias para salientar sua singularidade, Beauvoir reservou um espaço considerável no seu texto para apontar e descrever quem ela considerava como outro. Inventando a si, inventava aos demais. Como lembra Jean-Paul Sartre:

Quando dizemos que o homem se escolhe a si, queremos dizer que cada um de nós se escolhe a si próprio; mas com isso queremos também dizer que, ao escolher-se a si próprio, ele escolhe todos os homens. Com efeito, não há dos nossos atos um sequer que, ao criar o homem que desejamos ser, não crie ao mesmo tempo uma imagem do homem como julgamos que deve ser. (SARTRE, 1973, pp. 12-13).

Conhecer o outro, desta maneira, torna-se imprescindível para o auto-conhecimento, e vice-versa, pois “não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra. Ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética. A identificação acompanha a diferenciação.” (CUCHE, 1999, p. 183). As eventuais reprovações pelo ego de condutas e pensamentos do alter revela, concomitantemente, o que o primeiro considera como uma atitude positiva e correta. De acordo com Denise Jodelet, “ao designar o caráter do que é outro, a noção de alteridade é sempre colocada em contraponto: ‘não eu’ de um ‘eu’, ‘outro’ de um ‘mesmo’. Ela faz par filosoficamente, com a noção de ipseidade – caráter que faz com que um indivíduo seja ele mesmo e distinto de todos os outros.” (JODELET, 2000, p. 9).<sup>3</sup>

Se, de fato, a alteridade é um componente importante para compreender a condição humana em geral, este conceito adquire uma relevância especial quando se trata de Simone de Beauvoir. Em diversas ocasiões, a autora salientou a importante dimensão que a questão do outro desempenhou em sua vida, apontando a mesma como o principal tema de sua escrita. A princípio, cogitou mencionar a questão da alteridade já no título daquele que viria a se tornar seu mais famoso livro:

Como chamá-lo? Devaneei muito tempo sobre isso com Sartre. (...) Pensei em **A Outra**, **A Segunda**: já tinham sido usados. Uma noite, no meu quarto, passamos horas lançando palavras, Sartre, Bost e eu. Sugeri: **O Outro sexo**? Não. Bost

propôs: **O Segundo Sexo** e, pensando bem, isto convinha perfeitamente. (BEAUVOIR, 2002b, p. 235).

De todo modo, **O Segundo Sexo** teve como principal categoria de análise a problemática do outro, questão que perpassa, de maneira geral, o conjunto de sua obra, abarcando ensaios, romances, narrativas de si, etc. Quem é o outro na escrita de Beauvoir? Nesta, é possível identificar três acepções principais:

Primeiramente, pode-se destacar o Outro, com maiúscula. Trata-se daquele que não é Sujeito, mas puro objeto em relação ao “eu”, que é marginal, hostilizado, oprimido e não tem voz. Foi como a autora definiu logo no início de **O Segundo sexo** a condição da mulher na sociedade ocidental: “Ela se determina e se diferencia em relação ao homem e não este em relação a ela; ela é o não-essencial face ao essencial. Ele é o Sujeito, ele é o Absoluto: ela é o Outro.” (BEAUVOIR, 1993, p. 15). Nesta acepção, é comum que se encaixe a percepção tradicional a respeito das chamadas minorias, a exemplo dos loucos e dos povos colonizados, pois “ele [o Outro] não faz parte de nós, é um estranho, um alienígena. Ele é o índio, o negro, a mulher, o excluído. Eu o explico, eu o domino, eu o exploro. E mais: sou eu que decido quando há dominação, quando há compreensão, quando há exploração.” (GUARESCHI, 2000, pp. 159-160). A filósofa Susanne Moser classifica este tipo de relação fundamentada em antagonismo descrita por Beauvoir como “alteridade absoluta”, na qual a reciprocidade não é possível (MOSER, 2008, pp. 235 – 241).

Naquele mesmo livro, Beauvoir discorreu sobre uma alternativa na relação entre gêneros, na qual a mulher não fosse, doravante, percebida como o Outro, mas como um outro, em minúscula: “reconhecendo-se [homens e mulheres] mutuamente como sujeito cada um permanecerá todavia para o outro um **outro**.” (BEAUVOIR, 1994, p. 662). Nesta acepção, como se vê, o outro não é mero objeto, é tão sujeito quanto o “eu” que fala, trata-se de uma outra consciência que possui autonomia, que é referência, que constrói e é construído dinamicamente pelo “eu” em questão.

Apesar de poder – e até mesmo, preferencialmente, dever - ser baseado na amizade e na solidariedade, tal *Mitsein*<sup>4</sup> não impede separações e conflitos, pois, com bastante frequência este outro aparece na figura de um oponente, ou, pelo menos, de um adversário. No entendimento de Beauvoir, o *Mitsein* não implica que “a humanidade seja uma e que cada um tenha os mesmos objetivos e as mesmas aspirações, vivendo numa espécie de simbiose

amical” (GOTHLIN, 2002, p. 69). Ao contrário: a autora atribui uma dimensão significativa aos embates na relação entre o eu e o outro, pois, além das divergências serem concebidas por ela como elementos decisivos no que se refere ao processo identitário subjetivo, as mesmas se revelam, até certo ponto, como características deste tipo de relação:

Só há presença do outro se o outro está ele próprio presente a si: isto significa que a verdadeira alteridade é a de uma consciência separada da minha e idêntica a ela. (...) Mas essa liberdade estrangeira, que confirma minha liberdade, entra também em conflito com ela: é a tragédia da consciência infeliz; cada consciência pretende se colocar sozinha como sujeito soberano. (BEAUVOIR, 1993, pp. 237-238).

Não obstante afirmar que apenas a amizade e a generosidade são capazes de garantir plenamente a liberdade de cada sujeito, Beauvoir considera que tais virtudes nunca são totalmente atingíveis, pois exigem auto-vigilância e superação permanentes, assim como a renúncia a qualquer forma de posse: “a conversão através da qual se atinge a verdadeira sabedoria nunca é feita, é preciso fazê-la sem parar, ela exige uma tensão constante. (...) o homem nas suas relações com seus semelhantes está o tempo inteiro em perigo.” (Ibid., p. 238). Vemos, deste modo, que nesta acepção, o outro, ainda que um adversário, não deixa de ser também um próximo. Existe nela uma relação de reciprocidade, ainda que baseada na diferença - esta ambigüidade é constante.

O último significado que destaco se refere, assim como no regime anterior, ao entendimento do outro também enquanto sujeito, dotado de voz e de consciência, mas trata-se de alguém tão próximo e demasiadamente íntimo, que os vínculos afetivos impedem a distância necessária para que seja plenamente estabelecida uma relação de alteridade. Neste caso, o outro é percebido apenas como um semelhante, e não como também um diferente. Sartre é o maior exemplo deste outro próximo na sua vida. Não se trata, como na perspectiva anterior, de uma consciência rival, passível de julgar ou de combater o “eu”. Segundo Denise Jodelet, “a noção de alteridade não parece pertinente para designar a situação ou o modo de tratamento reservados a um ‘próximo’ que, se bem que distinto, apresenta similitudes com o eu. *Stricto sensu*, o termo só parece convir nos casos em que, num contexto plural, é colocada uma distância radical em relação a uma identidade.” (JODELET, 2000, p. 51).

Considerando esta perspectiva, considerarei a problemática da alteridade nas autobiografias de Beauvoir a partir da segunda acepção definida, que implica uma relação dinâmica e recíproca entre o ego e o *alter*, na qual as diferenças se encontram salientadas.

Para compreender tal relação, faz-se necessário observar a mesma dentro da teia sócio-histórica que a abarca, uma vez que ela sempre se desenvolve numa “totalidade mais ampla, [em um] contexto plural e lugar potencial de conflitos e disputas”. (ibid., p. 55). Levarei em conta, portanto, a configuração sócio-histórica específica desta relação. O conceito de configuração é muito caro a Norbert Elias, que, para explicá-lo, utiliza a situação de um jogo como metáfora:

Se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. As suas acções são interdependentes. (...) Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores — não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas acções nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários. (ELIAS, 2008, pp. 141 – 142).

Configuração, portanto, pode ser entendida como uma rede social dinâmica e provisória, composta por sujeitos interdependentes, que se define principalmente pelo tipo de relações que se estabelecem intersubjetivamente. Tratar da configuração sócio-histórica de Beauvoir significa, pois, compreender a teia de relações na qual ela se encontrava inserida.

O inferno existencial, assim como indica a famosa frase de **Entre quatro paredes**, é provocado pelos outros, pois não apenas minha singularidade é analisada/desafiada por eles, como, muitas vezes, além de denunciada, ela é criticada e desqualificada, até mesmo sem critérios consistentes. Elias destaca que “há tipos de interdependência que impelem o ego e o alter a guerrear-se e a matar-se reciprocamente.” (ELIAS, 2008, p. 103). Mesmo se as indisposições entre Beauvoir e seus opositores não tomaram formas mais drásticas, algumas destas relações foram bastante agressivas, transformando-se em verdadeiros combates.

Nas suas autobiografias, Beauvoir procurou essencialmente três coisas: se compreender, se constituir e divulgar tais compreensão e constituição de si. Todo este trabalho se transformou numa grande luta, numa guerra, para usar a expressão que Danièle Sallenave (2008a) utiliza para se referir à vida de Beauvoir. Esta guerra estava direcionada contra diferentes oponentes: o esquecimento, o caos, a contingência e também os outros. Nas suas autobiografias, os outros foram representados pelos seus detratores, pela má fé, pela crítica literária adversária, pelos defensores dos valores machistas, conservadores, pelo olhar inquisidor, pelos cerceadores da sua liberdade, das suas escolhas.

Desde a juventude, Beauvoir se mostrava preocupada em se defender destes bárbaros, termo que ela usa inspirada num dos seus autores preferidos na adolescência, Maurice Barrès (1862-1923). “Não fui eu quem começou” (BEAUVOIR, 2002, p. 9), diz ela sobre a opção de expor publicamente sua vida privada. Os outros, seus censores, que a acusaram de ser indiscreta com tal prática da escrita eram os mesmos que investigavam sua vida íntima e a revelavam, segundo ela, de forma deturpada. Foram então, em boa parte, responsáveis pela sua opção em registrar e divulgar para todos sua história de vida: “prefiro que eu mesma fuce no meu passado do que deixar esta tarefa para outros” (BEAUVOIR, 2002, p. 9).

A autora, ao mesmo tempo em que descreve os outros nas suas autobiografias de maneira não muito gentil, também descreve a maneira como era percebida - ou, ao menos, se sentia percebida - pelos demais. Beauvoir possuía uma escrita reconhecidamente autoritária; tinha uma mensagem precisa a passar aos seus leitores e se esforçava para eliminar o máximo possível de dúvidas e de mal entendidos:

É uma escrita às antípodas do que, nos anos 60-70, tornou-se o alfa e o ômega de toda reflexão sobre literatura: nenhum traço em Beauvoir, mas antes uma recusa completa a qualquer referência à morte do autor; ou à intransitividade do texto. Sua escrita é “vetorizada”, claramente orientada em direção a um objetivo – ela diz isto aliás numa linguagem que recusa com desdém a teoria moderna da literatura: “Tenho uma ambição, comunicar.” Ela vos pega pela mão, e vos leva ali onde ela quer vos levar, com uma energia, um charme, uma força, às vezes uma astúcia, e mesmo uma certa violência. Mas com um grande poder de convicção, um grande charme de escrita. (SALLENAVE, 2008b, p. 29)

Beauvoir se punha na posição do outro, do observador, e interrogava a si própria, fornecendo as respostas que deviam ficar registradas para a posteridade. Ela se empenhava constantemente na intenção de não deixar margem para que algo ficasse solto no ar, não levantava questionamentos sem que estes pudessem ser explicados.

Em meio a tantas acusações diárias que recebeu: subversiva, subserviente, rancorosa, ególatra, etc., escrever sobre si era uma maneira de dar a sua versão dos fatos, de registrar com seu próprio punho a sua vida, evitando, desta forma, deixar espaço ou, ao menos, reduzindo as chances de que outros o fizessem. Sob pretexto de falar de si, percebe-se que Beauvoir narrou sua historicidade, descrevendo sua época, seu meio, sua singularidade e suas relações com alguns de seus contemporâneos.

---

<sup>1</sup> Cf. BEAUVOIR, Simone de. **La force de l'âge**. Paris: Gallimard, 2002a, p. 424.

<sup>2</sup> Philippe Lejeune entende a identidade como uma questão central no relato autobiográfico, inserindo-a na sua definição clássica deste gênero de escrita: narrativa retrospectiva feita por uma pessoa real sobre sua própria existência, destacando sua vida pessoal, particularmente a história da sua personalidade (LEJEUNE, Philippe. **Le pacte autobiographique**. Paris: Seuil, 1996, p. 14). Lembro que o autor utiliza o termo “personalidade” como sinônimo de “identidade” e mantém esta acepção mesmo quando reavalia - e não raro discorda - de certos posicionamentos que tomou nos seus livros anteriores (Cf. LEJEUNE, Philippe. **Signes de vie**; le pacte autobiographique 2. Paris: Seuil, 2005, p. 13.) Entre outros estudiosos da autobiografia, é possível citar também Loïc Marcou e Jean-Philippe Miraux (MARCOU, Loïc. **L'autobiographie**; anthologie. Paris: Flammarion, 2001, p. 15; MIRAUX, Jean-Philippe. **L'autobiographie**; écriture de soi et sincérité. Paris: Armand-Colin, 2005, p. 29).

<sup>3</sup> Por sua vez, a socióloga Kathryn Woodward (2000, p. 9) afirma que “a identidade (...) se distingue por aquilo que ela não é. (...) A identidade é, assim, marcada pela diferença.”

<sup>4</sup> *Mitsein* é um conceito muito caro a Heidegger, que é retomado por Beauvoir em sua obra. Significa “eu sou com o outro”, o “ser-com”. Por ele, entende-se que há uma relação de reciprocidade entre o eu e o outro, entendido como um “co-existente”. Cf. BEAUVOIR, Simone de. **Le Deuxième Sexe I**. Paris : Gallimard, 1993, pp. 17, 19-20, 32. HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback e Emanuel Cordeiro Leão. Parte I, 6. edição. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Ed. Univ. São Francisco, 1997.